

**A. I. N.** - 206887.0018/08-6  
**AUTUADO** - ALÔ CARNES COMÉRCIO DE CARNES LTDA.  
**AUTUANTE** - JOELSON ROCHA SANTANA  
**ORIGEM** - IFMT - NORTE  
**INTERNET** - 22.07.08

#### 5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0085-05/08

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO, ENQUADRADAS NO REGIME DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. CONTRIBUINTE DESCREDENCIADO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação tributária do ICMS, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, enquadradas no regime da substituição tributária, por contribuinte não credenciado e não autorizado. O autuado comprovou pagamento efetuado após o início da ação fiscal. Exigência fiscal subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 13/02/2008, exige do autuado ICMS no valor de R\$1.474,95, acrescido da multa de 60%, em decorrência de falta de recolhimento da antecipação tributária na entrada do Estado de mercadorias enquadradas na Portaria nº 114/04, por contribuinte descredenciado, conforme Termo de Apreensão e Ocorrências nº 206887.0005/08-1 de 13/02/08, fls. 04 e 05.

O autuado em sua defesa, apresentada às fls. 25 a 26, observa que o autuante procedeu à apreensão de cortes suínos, conforme elencados na Nota Fiscal nº 7260, fl. 06, sob a alegação de falta de antecipação do ICMS na primeira repartição fiscal, resultando na lavratura do Auto de Infração.

Esclarece que a lavratura ocorrera no dia 13/02/2008 no Posto Fiscal “João Durval Carneiro” e anteriormente transitado na primeira repartição fiscal de divisa que é o Posto Fiscal “Benito Gama”, onde foi apresentado um fax do DAE, datado de 13/02/2008, a mesma data da apreensão das mercadorias, demonstrando a antecipação do ICMS, documento este recusado pelo preposto fiscal. Ressalta que o fato do documento apresentado, ser *fax*, não invalida a legalidade do cumprimento obrigacional da quitação do imposto, já que no sistema fazendário há a possibilidade de averiguação do pagamento.

Observa que é uma empresa regularmente inscrita no cadastro da SEFAZ e cumpre com todas as exigências legais, tanto no pagamento dos tributos, quanto nas obrigações acessórias, o que comprova a sua idoneidade.

Diz que o Estado na sua soberania de cobrar os tributos e reverter os resultados em equilíbrio e paz social deseja que estes sejam exigidos na sua forma legal de maneira a dar ao contribuinte a condição de defesa, caso o direito seja preterido.

Informa que o dispositivo da multa é uma penalidade imposta aos contribuintes que infringiram a legislação tributária e tem a finalidade de coibir a prática da sonegação fiscal.

Afirma que no presente Auto de Infração não há evidências de dolo ou sonegação fiscal, sendo comprovado o pagamento do imposto na mesma data da apreensão das mercadorias, não resultando, portanto, nenhum prejuízo ao erário estadual, sendo por isso incabível a exigência do fiscal.

Conclui o autuado asseverando que demonstrada a insubsistência da acusação fiscal requer a improcedência do Auto de Infração considerando que cumpriu a obrigação principal do pagamento do ICMS, não resultando, por isso, prejuízo algum ao erário estadual.

O autuante ao prestar a informação fiscal, fl. 38, inicialmente observa que o Auto de Infração fora lavrado em razão de o contribuinte encontrar-se com situação cadastral “Descredenciado” e não ter realizado o recolhimento devido da antecipação do imposto na forma exigida pelo RICMS-BA/97, ocasião em que lavrou o Termo de Apreensão e Ocorrências.

Diz que o autuado acusa, sem entrar no mérito da exigência de antecipação tributária do ICMS quando da entrada em território baiano, que a fiscalização recusou sua comprovação através de *fax* do recolhimento da antecipação tributária datado de 13/02/08.

Contesta a informação defensiva no tocante ao pagamento do imposto relativo à antecipação tributária, afirmando que o recolhimento referido pelo autuado somente fora realizado em 14/02/08, e não em 13/02/2008, como afirma a defesa, conforme extrato do histórico do pagamento, fl.08. Finaliza o autuante, mantendo a autuação.

#### **VOTO**

O presente Auto de Infração imputa ao contribuinte o cometimento de infração à legislação do ICMS, em decorrência da falta de recolhimento do ICMS relativo à antecipação tributária, referente às entradas de mercadorias enquadradas na Portaria nº 114/04, procedente de outro estado da Federação, primeira repartição da fronteira ou do percurso.

A defesa se insurge contra acusação fiscal afirmando que é indevida a exigência, tendo em vista que no dia 13/02/08 recolhera a antecipação do imposto no valor de R\$1.069,71, conforme cópia de fax que diz ter apresentado e não fora aceita pela fiscalização fl. 29.

Da análise dos elementos que integram o processo verifico que somente assistiria razão ao autuado se sua alegação fosse verossímil, ou seja, tivesse ele efetivamente antecipado o imposto antes do início da ação fiscal. Entretanto, constato que, conforme consta no “Detalhe do Extrato do Pagamento Realizado”, fl. 08, o recolhimento somente fora efetuado pelo autuado em 14/02/08. Portanto, após o início da ação fiscal. Verifico também que está correto a apuração do valor devido explicitado no demonstrativo de débito elaborado pelo autuante, fl. 02. Por tudo isso, entendo que a autuação é subsistente, devendo ser homologado o valor recolhido.

Diante do exposto, verifico que restou evidenciado nos autos o efetivo cometimento da infração pelo autuado, considerando que somente efetuara o recolhimento do imposto após 13/02/08 quando teve início a ação fiscal, ou seja, em 14/02/2008, conforme “Detalhe do Extrato do Pagamento Realizado”, fl. 08. Do mesmo modo, constato que a tipificação da multa aplicada está consoante previsão estabelecida na alínea “d”, do inciso II, do artigo 42, da Lei nº 7.014/96.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologado o valor recolhido.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206887.0018/08-6**, lavrado contra **ALÔ CARNES COMÉRCIO DE CARNES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.474,95**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de julho de 2008.

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – PRESIDENTE/RELATOR

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA – JULGADOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO – JULGADOR